



T0745026N



CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA – PR

FUNDAÇÃO DE
APOIO À UNESPAR
CAMPUS DE PARANAVÁ

EDITAL Nº 172/2015 – REGIME ESTATUTÁRIO

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS – SERVIÇOS DE AUDITORIA FISCAL DE TRIBUTOS

NOME DO CANDIDATO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com **100 (cem)** itens da prova objetiva, corretamente ordenados de **1 a 100** sem falhas ou repetições, e a prova discursiva, seguida de uma página para rascunho.

MATÉRIA	QUESTÕES
LINGUA PORTUGUESA	01 a 20
INFORMÁTICA	21 a 30
CONHECIMENTOS GERAIS	31 a 40
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	41 a 100
DISCURSIVA	---

Sobre a carteira, está disponível a **FOLHA DE RESPOSTA PERSONALIZADA** para transcrever as respostas da prova objetiva. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.

- Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
- Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
- Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
- Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
- Leia atentamente cada item da prova objetiva e assinale na Folha de Respostas (C) para item CERTO e (E) para item ERRADO.**
- A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
- Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle seu tempo.
- Iniciada a prova, somente será permitido deixar definitivamente a sala após 60 (sessenta) minutos.
- Após o término da prova, entregue ao Fiscal a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente assinada.
- Somente será permitido levar o **CADERNO DE QUESTÕES** se o candidato permanecer na sala até os últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o encerramento da prova.
- SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
 - Deixar o local de realização da prova objetiva sem a devida autorização.
 - Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
 - Proceder de forma a tumultuar a realização da prova objetiva.
 - Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por quaisquer meios e usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros.
 - For surpreendido portando ou manuseando aparelho eletrônico nas demais dependências do estabelecimento durante a realização da prova objetiva.
 - Caso qualquer equipamento venha a emitir ruídos sonoros, mesmos que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização da prova.
- Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia a Polícia Civil, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.
- Os **03 (três) últimos candidatos** só poderão sair da sala juntos, após o fechamento do envelope contendo a lista de presença, a ata e as Folhas de Respostas da sala. Esses candidatos deverão assinar o envelope de retorno de provas.
- O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando.
- Está disponível na última folha do Caderno de Questões um gabarito para ser preenchido e destacado. Este pode ser levado pelo candidato.**

A educação para a ética: sem a desculpa do "não fui só eu"

De Guilherme Perez Cabral

Precisamos parar para pensar no valor de nossas ações. Distinguir melhor o que é certo do que é errado. E nos esforçar para conseguir agir de acordo com esse entendimento. Falo de ética.

São precárias as possibilidades do nosso tempo, já disse o advogado e poeta Paulo de Tarso. E, no cenário profundamente antiético, um disparate tem chamado à atenção. Para aquele momento em que, descoberto em roubalheiras, não dá mais para negar o óbvio, o submundo da política nacional tem utilizado uma péssima desculpa. Para abrandar a pena, quem sabe, se livrar dela, com cara coitado, inocente injustiçado, diz por aí, para quem quiser ouvir: "...mas não fui só eu".

O argumento não é novo. Ouvimos de crianças em formação. Na escola onde estudei, a resposta, por si só, sempre mereceu a censura não raro maior do que a falta praticada. A novidade é o uso oficial, descarado, pela politicagem.

[...]

Roubar e falar, depois, que "não fui só eu" é sem-vergonhice, safadeza mesmo. Mais um sintoma muito sério do estado terminal ético que estamos vivendo.

[...]

A pobreza ética atual, contudo, não significa que estamos incapacitados para uma experiência melhor. Não é um dado antropológico do brasileiro, feito uma segunda natureza irreversível.

O que nos faltam são boas lições de ética, o debate e aprendizado profundo sobre o que isso quer dizer. Se o mundo adulto está quase perdido, foquemos – os que não se perderam ainda – na geração que vem. A formação ética, aliás, constitui elemento central da educação básica, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. A ética não é um catálogo abstrato de bons comportamentos, aprendido numa aula de "educação moral e cívica" e, na prática, ignorado sistematicamente. Não se trata, também, de um conjunto de regras que cumprimos, sem saber muito bem o porquê, só porque Deus, o pai, o professor ou o líder espiritual ou político mandou. Ética tem a ver com deveres que cumprimos porque, para nós, isso é o certo, é o justo, ainda que o mundo insista em descumpri-los. São deveres que fazem parte de nós.

Isso é a autonomia, que define a vida democrática: a autodeterminação por normas que nos demos, que aprendemos, criticamos, melhoramos e concordamos. Por isso, seguimos, independentemente de que (e quem) estejam nos olhando. É a consciência do andar "direito", livre e responsável. Nos alerta, permanentemente, que a falta de respeito, a corrupção alheia não justifica que andemos errado também.

Texto adaptado. Disponível em: www.educacao.uol.com.br

Em relação ao emprego dos conectivos no texto, avalie os itens a seguir:

- 1. (C) (E) No período: "E nos esforçar para conseguir agir de acordo com esse entendimento", é possível substituir a locução destacada pelo conectivo "conforme", sem que isso altere o sentido.**

2. (C) (E) A locução “de acordo”, destacada no período do item anterior, indica conformidade.
3. (C) (E) No período: “A pobreza ética atual, contudo, não significa que estamos incapacitados para uma experiência melhor”, o conectivo destacado remete ao sentido de adição, soma de ideias.
4. (C) (E) Como o conectivo “contudo”, destacado no item anterior, apresenta a ideia de adição, tal conectivo pode ser substituído pela locução “como também”.
5. (C) (E) Na frase: “Para abrandar a pena”, o conectivo destacado indica uma relação de finalidade.

O pronome é uma classe de palavras que serve para substituir um nome, ou para indicar as pessoas do discurso. O pronome também pode auxiliar na organização do texto como elemento de coesão. Sobre a classificação e o emprego dos pronomes do texto, analise os itens a seguir:

6. (C) (E) No período: “Precisamos parar para pensar no valor de nossas ações”, o pronome “nossas” é um pronome possessivo que, nesse caso, determina o substantivo “ações”.
7. (C) (E) O pronome “esse”, que aparece no período: “E nos esforçar para conseguir agir de acordo com esse entendimento”, é um pronome demonstrativo e, além disso, funciona como elemento de coesão textual, pois retoma o verbo “conseguir”, evitando, assim, sua repetição.
8. (C) (E) Na oração: “...mas não fui só eu”, a palavra destacada é um pronome pessoal.
9. (C) (E) No período: “O que nos faltam são boas lições de ética”, o pronome “nos” é um pronome pessoal, que tem a função de sujeito da frase.
10. (C) (E) No período: “Ética tem a ver com deveres que cumprimos”, a palavra destacada é um pronome relativo, que se apresenta como elemento de coesão textual, uma vez que retoma a palavra “ética”.

O texto apresenta como tema uma reflexão a respeito da ética como elemento fundamental das relações humanas. Ao longo do texto, o autor traz alguns argumentos para desenvolvimento do texto. Com base nisso, analise os itens a seguir:


11. (C) (E) Um argumento trabalhado pelo autor é o de que nenhuma pessoa pode ser punida por um ato ilícito, quando há muitas outras pessoas que praticam o mesmo ato.
12. (C) (E) De acordo com o autor, desde cedo, já na escola, o indivíduo é instruído de como fazer para se isentar da responsabilidade de seus atos.
13. (C) (E) Para o autor, mesmo que a sociedade, na atualidade, viva uma pobreza ética, isto não deve levar ao comodismo e ao conformismo, como se a falta de ética fosse uma característica inerente do povo brasileiro.
14. (C) (E) Segundo o autor, a falta de ética ainda persiste no Brasil, mesmo havendo bons exemplos de conduta ética e profunda reflexão sobre esse assunto.
15. (C) (E) Para o autor, uma alternativa importante eleger formação ética como o centro da formação dos alunos, na educação básica.

Sobre o uso das formas verbais, no texto, analise os itens a seguir:

16. (C) (E) Os infinitivos verbais “roubar” e “falar”, destacados no período: “Roubar e falar, depois, que "não fui só eu" é sem-vergonhice, safadeza mesmo”, nesse contexto, estão substantivados e funcionam como sujeito da oração.
17. (C) (E) Na frase: “Na escola onde estudei [...]”, o verbo destacado está conjugado no pretérito perfeito.
18. (C) (E) Na frase: “Precisamos parar para pensar no valor de nossas ações”, o verbo destacado encontra-se no presente do indicativo e não apresenta sujeito.
19. (C) (E) Na frase: “[...] os que não se perderam ainda [...]” o verbo está na voz ativa.
20. (C) (E) No período: “Isso é a autonomia, que define a vida democrática”, o verbo destacado é transitivo direto.

INFORMÁTICA

Acerca dos Softwares Aplicativos do Microsoft Office e do Sistema Operacional Windows 7, em sua configuração PADRÃO, versão em português, julgue os itens a seguir:

21. (C) (E) Considerando o gerenciador de arquivos Windows Explorer, para selecionar TODOS os arquivos de uma determinada pasta (diretório), basta acessar a respectiva pasta e em seguida executar a tecla de atalho Ctrl + A.
22. (C) (E) A tecla de atalho WinKey () + F2 exibe a Ajuda e Suporte do Windows.
23. (C) (E) No MS-Word 2007, o formato (efeito) VERSALETE faz com que os caracteres apareçam como letras maiúsculas em um tamanho reduzido. A

formatação em versalete não afeta os números, ou seja, quando aplicada nos números não apresenta alteração visível em seu formato original.

24. (C) (E) Considerando o MS-Excel 2007, e a planilha a seguir, ao executar a fórmula contida na célula C5, será exibida uma mensagem de erro para o usuário, pois a célula C3 está vazia.

	A	B	C	D
1	Veículo	Placa	Ano	
2	Gol	AZN 1234	2010	
3	Fusca	AAA 4321		
4	Pampa	ABC 0007	1979	
5			=C2+C3+C4	

25. (C) (E) No PowerPoint 2007, para iniciar a apresentação de slides a partir do primeiro slide, basta pressionar a tecla F5.

Acerca dos conceitos básicos de ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet, julgue os itens a seguir:

26. (C) (E) É possível pesquisar um termo de forma mais rápida na Internet, digitando as palavras de pesquisa diretamente na barra de endereço do Google Chrome.
27. (C) (E) Considerando o Sistema Operacional Windows 7 e o navegador Mozilla Firefox, versão 40, em português, para enviar uma página da internet para impressão, basta utilizar a tecla de atalho Ctrl+I.
28. (C) (E) Considerando o Sistema Operacional Windows 7 e o navegador Google Chrome, versão 44, em português, se, acidentalmente, uma guia foi fechada é possível reabri-la rapidamente, através do atalho do teclado Alt+F4.
29. (C) (E) Considerando o navegador Mozilla Firefox, versão 40, em português, o modo de NAVEGAÇÃO PRIVATIVA não memorizará nenhum dado pessoal. Isso inclui o histórico de navegação, de pesquisa, de download, de formulários, cookies e arquivos temporários. No entanto, os arquivos baixados e os seus favoritos serão mantidos.
30. (C) (E) Hotspot WiFi indica um local onde é possível ter acesso à internet, porém o acesso sem fio não é suportado. São encontrados geralmente em locais públicos como bibliotecas, cafés, restaurantes, ambientes educacionais, hotéis e aeroportos.

Para medir as variações no padrão de qualidade de vida das diferentes populações do globo, o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A apuração desses índices considera alguns indicadores:

31. (C) (E) São três indicadores que acabam se transformando em apenas um único quando se aplica o cálculo da média geométrica.
32. (C) (E) A apuração dos índices de IDH considera a educação, a longevidade e a renda.
33. (C) (E) Atualmente apenas a longevidade é levada em consideração, pois a média de vida aumentou de 76 para 85 anos em todo o globo.
34. (C) (E) Apenas a longevidade e a taxa de mortalidade infantil que são muito discrepantes em países com muitas desigualdades entre esses dois níveis de idade.
35. (C) (E) Em 2014 houve mudanças na forma de calcular o índice. Segundo o Pnud, os indicadores continuam os mesmos, apenas a forma de aplicar os critérios de um país não influenciam o resultado dos outros.

Computador é uma máquina capaz de vários tipos de tratamento automático de informações ou processamento de dados. Um computador pode possuir inúmeros atributos, dentre eles armazenamento de dados, processamento de dados, cálculo em grande escala, desenho industrial, tratamento de imagens gráficas, realidade virtual, entretenimento e cultura. Dado o contexto, julgue as assertivas:

36. (C) (E) Um computador é um elaborado sistema de satélites e outros dispositivos que tem como função única e básica prestar informações precisas sobre o posicionamento individual no globo terrestre.
37. (C) (E) Um computador é um sistema que consiste em vários componentes que trabalham em conjunto. Os componentes físicos, que se pode ver e tocar, são coletivamente chamados hardware.
38. (C) (E) Em um computador, o Windows Explorer é um gerenciador de arquivos e pastas do sistema Windows. Ou seja, é utilizado para cópia, exclusão, organização, movimentação e todas as atividades de gerenciamento de arquivos, podendo também ser utilizado para a instalação de programas.
39. (C) (E) Um computador pode possuir inúmeros atributos, dentre eles armazenamento de dados, processamento de dados, cálculo em grande escala,

desenho industrial, tratamento de imagens gráficas, realidade virtual, entretenimento e cultura.

40. (C) (E) Um computador é composto principalmente por software que é o conjunto de programas, instruções e regras informáticas, e também pelo hardware que é o conjunto de componentes físicos, ou seja, tudo o que podemos tocar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Demonstração do Fluxo de Caixa aplicada ao Setor Público deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades:

41. (C) (E) Fiscais.
42. (C) (E) Operacionais.
43. (C) (E) De investimento.
44. (C) (E) Empresariais.
45. (C) (E) De financiamento.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará o resultado patrimonial do período e é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, de acordo com as seguintes variações patrimoniais:

46. (C) (E) Aumentativas: Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos compreendem as vendas de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.
47. (C) (E) Diminutivas: Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos compreendem a reavaliação e ganhos de ativos.
48. (C) (E) Diminutivas: Benefícios Previdenciários e Assistenciais relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).
49. (C) (E) Aumentativas: Transferências e Delegações Concedidas compreendem as transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições

privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

50. (C) (E) Diminutivas: Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados compreendem os custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas.

Conforme estabelece a NBC TA 200 – Objetivos gerais do Auditor Independente e Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, podemos afirmar que:

51. (C) (E) Asseguração razoável é, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, um nível baixo de segurança.
52. (C) (E) Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
53. (C) (E) Distorção é a diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação de uma demonstração contábil relatada e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. As distorções podem originar-se de erro ou fraude.
54. (C) (E) Julgamento profissional é a aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.
55. (C) (E) Ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

As Leis de iniciativa do Poder Executivo, previstas na Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, que trata das Finanças Públicas, estabelecem que:

56. (C) (E) O plano plurianual institui, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

57. (C) (E) São vedadas a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
58. (C) (E) São permitidos o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
59. (C) (E) As diretrizes orçamentárias definem o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
60. (C) (E) Lei orçamentária anual compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

As licitações e os contratos da Administração Pública previstas na Lei nº 8.666/93 dispõe que:

61. (C) (E) A licitação será sigilosa, sendo proibido o acesso do público a todos os atos de seu procedimento.
62. (C) (E) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
63. (C) (E) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.
64. (C) (E) As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão à seguinte sequência: projeto básico, projeto executivo e execução das obras e serviços.
65. (C) (E) O orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários devem ser apresentados somente após concluído o processo de licitação.

A Constituição Federal dispõe sobre a repartição das receitas tributárias previstas no art. 158 e estabelece que pertencem aos Municípios:

66. (C) (E) O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

67. (C) (E) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III.
68. (C) (E) Setenta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
69. (C) (E) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
70. (C) (E) Sessenta por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza sobre produtos industrializados à título de Fundo de Participação dos Municípios entregues pela União.

Considerando a atual divisão das competências tributárias e as categorias econômicas sobre os quais recaem os tributos previstos em nossa legislação, é de competência tributária dos municípios:

71. (C) (E) Imposto de Propriedade predial e territorial Urbano – IPTU.
72. (C) (E) Imposto de Transmissão de bens Imóveis – ITBI.
73. (C) (E) Imposto Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Natureza – ITCMD.
74. (C) (E) Imposto de Serviços de Quaisquer Natureza – ISSQN.
75. (C) (E) Imposto Territorial Rural – ITR.

Os componentes do Sistema Tributário Nacional são:

76. (C) (E) Impostos têm o fato gerador em uma situação independente de qualquer atividade estatal. É estabelecido e classificado conforme a lei.
77. (C) (E) Contribuições de melhorias são criados para ser aplicados nos casos em que há investimento público e possuem natureza contratual.
78. (C) (E) Taxas de serviços versa sobre as ações feitas em benefício da comunidade em geral, como por exemplo, a coleta de lixo e o corpo de bombeiros.
79. (C) (E) Empréstimos compulsórios podem ser criados e exigidos pela União, estados, municípios e Distrito Federal, no âmbito de suas respectivas atribuições, sendo preciso observar a relação direta entre a obra e a valorização.
80. (C) (E) Preço público que é uma receita tributária e será cobrado pela utilização de pontes ou rodovias, por meio de tarifas de pedágio.

No Setor Público:

81. (C) (E) A Fiscalização direta é executada por servidores em exercício nos órgãos e unidades do sistema interno do Poder Executivo Federal.
82. (C) (E) A Fiscalização direta pode ser realizada de forma compartilhada ou terceirizada.
83. (C) (E) A Fiscalização indireta poderá ser realizada de forma centralizada, descentralizada ou integrada.
84. (C) (E) A Fiscalização indireta é executada com a participação de servidores que não estão lotados nos órgãos e unidades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal.
85. (C) (E) Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite.

Sobre a Responsabilidade Tributária pelo crédito tributário, podemos afirmar que:

86. (C) (E) É de responsabilidade do sucessor os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
87. (C) (E) É de responsabilidade do vendedor, os tributos relativos aos bens imóveis negociados.
88. (C) (E) É de responsabilidade do sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, os tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
89. (C) (E) É de responsabilidade do espólio, os tributos devidos pelo de cujus após a data da abertura da sucessão.
90. (C) (E) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.

Os Conceitos Tributários estabelecem que:

91. (C) (E) A obrigação Tributária se estabelece em forma de vínculo entre o Estado (credor – sujeito ativo – fisco) e o particular (devedor – sujeito passivo – contribuinte)

em função de uma prestação de cunho patrimonial, prevista na legislação tributária, traduzida em pagar o tributo ou penalidade ou em fazer alguma coisa no interesse do Fisco.

92. (C) (E) A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto deveres instrumentais previstos em favor da arrecadação ou da fiscalização de tributos. Como exemplo, a emissão de notas fiscais.
93. (C) (E) A obrigação acessória está prevista em lei e tem por objeto uma obrigação de pagamento. Como exemplo pode-se criar o pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária (multa).
94. (C) (E) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
95. (C) (E) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

A Lei nº 7.303/07 e suas alterações dispõem sobre o Sistema Tributário do Município, denominada "Código Tributário do Município de Londrina", e determina que:

96. (C) (E) Sujeito ativo da obrigação é o Município de Londrina.
97. (C) (E) O lançamento por homologação é efetuado pelas autoridades administrativas, quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e forma desta lei.
98. (C) (E) O lançamento de ofício é efetuado pelas autoridades administrativas, quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária, como sendo de declaração obrigatória.
99. (C) (E) É permitido ao Município de Londrina cobrar imposto sobre o patrimônio ou serviços da União, dos Estados e outros Municípios.
100. (C) (E) É vedado ao Município de Londrina estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

INFORMAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DISCURSIVA

De acordo com Edital de Abertura em seus subitens:

13.5 A folha da VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da prova discursiva.

13.6 O candidato disporá de, no máximo, 15 (quinze) linhas para elaborar a resposta da prova discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 15 (quinze) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

13.7 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução das questões, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato.

13.8 O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de: a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado; b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital; c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor; d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta; e) não apresentar as questões redigidas na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco; f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

QUESTÃO DISCURSIVA

Lei Anticorrupção

Lei nº 12.846/2013 está em vigor desde janeiro de 2014. A Lei Anticorrupção prevê a responsabilização objetiva, tanto no âmbito civil quanto no administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, de forma a fechar lacunas no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a atender compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. “Ela proíbe o suborno transnacional”, resume o diretor de Promoção da Integridade em Acordos de Cooperação Internacional da CGU, Hamilton Fernando Cota Cruz. “Nosso compromisso é prevenir e evitar que empresas brasileiras paguem propina para autoridades estrangeiras, a fim de ganhar negócios”, acrescentou.

Punições mais amplas para propinas

Pagar propina a servidores brasileiros já era considerado crime. O que a nova legislação faz é ampliar as punições nas situações em que essa prática for cometida no Exterior. “Queremos que as empresas estejam cientes das regulamentações que têm de seguir, motivo pelo qual apresentamos mecanismos a serem implementados por elas a fim de evitar esses tipos de pagamento irregulares”. Segundo Cota Cruz, a lei não tem o objetivo de responsabilizar o indivíduo, mas a empresa, que poderá pagar multas de até 20% de seu faturamento bruto anual ou três vezes o valor da vantagem pretendida ou auferida – o

teto será o menor desses dois valores. “No caso de pessoas físicas, elas serão responsabilizadas na esfera civil ou criminal”.

De acordo com o representante da CGU, também está prevista a punição da empresa caso seja comprovada vantagem indevida obtida de forma indireta. “Por exemplo, se a doação for feita indiretamente por meio de organizações não governamentais [ONGs], a parentes ou pessoas próximas do servidor público estrangeiro”, explicou o diretor da CGU. “É hora de ficar atentos, porque agora temos uma nova lei que regulamenta os contatos de nossas empresas com autoridades estrangeiras, mudando relacionamentos que tínhamos e alterando o *modus operandi* daqui para frente. É uma grande melhora para o Brasil porque nos dá tranquilidade para decidir como trabalhar, além de nos ajudar a melhorar a imagem do Brasil no exterior, tão comprometida com a corrupção”, acrescentou o presidente da Apex-Brasil, David Barioni.

Fonte: Agência Brasil (texto adaptado).

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/cartilha-esclarece-sobre-lei-anticorruptao>

O texto acima foi retirado da Agência Brasil e explica sobre a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos abordados nesta lei. Explique os principais aspectos:

Dos atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.

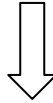
Do acordo de leniência.

Da responsabilização judicial.

RASCUNHO QUESTÃO DISCURSIVA

RASCUNHO

Destaque Aqui



.....

GABARITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA – PR Edital Nº 172/2015
<http://www.fundacaofafipa.org.br/concurso>

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64
65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
97	98	99	100												